

tempo e

presença

publicação mensal do CEDI
número 179
janeiro de 1983



**AMÉRICA LATINA:
“A VIDA DILACERADA
DOS POVOS”**

A situação geral da América Latina traz preocupações de toda ordem em relação ao seu futuro próximo e ao posicionamento mais adequado frente a tantas crises. A Igreja Católica enfrenta vários problemas internos na busca de sua identidade e na manutenção de sua legitimidade frente aos anseios populares. Não é só uma questão de adaptar-se aos novos tempos mas sim o drama de, como instituição, enfrentar toda uma problemática que transcende as questões de tática e de estratégia. Não há, é o que mais parece, possibilidade de uma adaptação tradicional a novas configurações. As relações entre clero e massas não são as mesmas e o conteúdo da pregação sofre alterações substanciais na medida em que o líder religioso entra em contato com o cotidiano paroquial. Em outras palavras, o recado não pode ser o mesmo.

O protestantismo, cujas matizes conservadoras são mais fortes, enfrenta dificuldades também graves mas de natureza diferente. Tanto na América Central como nos países do Sul tem-se identificado mais com os governos fortes e autoritários. Os setores populares atingidos por sua pregação tendem muito mais a posições alienadas ou conservadoras, e os líderes que trabalham e militam em posições mais críticas não têm conseguido partilhar suas preocupações com suas próprias congregações. Em outras palavras, o protestantismo avançado não tem massa, salvo casos bem raros.

Na Argentina a situação se agrava na medida em que tudo indica que seu clero católico tem sido um dos mais tradicionalistas do Continente e possivelmente um dos mais coniventes com os abusos do poder militar. No artigo especial deste número, Rafael Brabant levanta os problemas mais graves da conjuntura e aponta possíveis rumos para uma solução democrática de seus principais estrangulamentos. Não deixa de ser sintomática sua crítica à atuação da Igreja Católica, principalmente em

relação às conotações éticas, primeiro de seu silêncio, depois de sua participação na tentativa de passar um borrão sobre um passado recente que acumulou erros tão graves em relação aos direitos humanos. Sentimo-nos tentados a comparar a meditação de Zwinglio a respeito da recuperação da memória de uma nação para melhor fundamentar seu futuro e a proposta de amnésia histórica endossada pela maior parte do clero argentino. Mas, mesmo assim, sente-se que, em algumas dioceses, os sinais de mudança e de esperança começam a se manifestar. É o caso de Quilmes e da Homilia que publicamos em nossa seção Documento. Júlio Barreiro é um dos líderes ecumênicos mais conhecidos da América Latina e trata da questão das Malvinas de maneira clara apontando as conseqüências mais imediatas da irresponsabilidade militar e do aventureirismo político de um regime decadente. Num sentido mais profundo, o que acontece é a clara configuração de um compromisso político de setores religiosos com os movimentos libertadores na maioria dos países do Continente.

Nosso setor de assessoria traz a reforma agrária na medida em que o debate surge entre agentes de pastoral e dos movimentos sociais populares. Apresentar parte deste debate é tentar contribuir através da divulgação e do oferecimento de um local que permita a expressão e o diálogo.

De qualquer forma tentamos caminhar um caminho de esperanças no meio das longas e seculares lutas que nos afligem, ou, como Pablo Neruda:

“Herdamos a vida dilacerada dos povos que arrastam um castigo de séculos, os povos mais edênicos, os mais puros, aqueles que construíram, com pedras e metais, torres milagrosas, jóias de fulgor deslumbrante; povos que de repente foram arrasados e emudecidos pelas épocas terríveis do colonialismo que ainda existe.”

publicação mensal do CEDI
número 179
janeiro de 1983

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Paulo Ayres Mattos
Leticia Cotrim
Heloisa Martins
Aluisio Mercadante
Zwinglio Mota Dias
Neide Esterici
Jether Ramalho
Carlos Rodrigues Brandão
Elter Dias Maciel

Fotolitos e Impressão
Clip - Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Composição
Gráfica Editora Prensa Ltda.
Rua Cmte. Vergueiro da Cruz, 26
Olaria - Tel.: 280-8507

Assinatura anual: Cr\$ 2.000,00
Remessa em cheques pagáveis no
Rio para Tempo e Presença
Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205-5197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 667273
01238 São Paulo, SP

Editor Geral
Elter Dias Maciel

Redatores
Carlos Cunha
Rubem T. de Almeida
Luis Roncari
Edin Abumanssur

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga
Maria Nazaré de A. Santos

Produtor Gráfico
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura

Malvinas

Até quando o aventureirismo?

Julio Barreiro

I

Enquanto nos foros internacionais diplomáticos — Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos — se discutem as conseqüências do conflito das Malvinas, uma potência alheia ao Continente latino-americano mantém tropas, navios, armamento atômico e aviões de guerra no Atlântico Sul, onde estabeleceu uma “zona exclusiva” permanente.

Simultaneamente — no momento em que escrevemos estas notas — o navio argentino “Bahia San Blas” zarpuo do porto de Saint Nazaire, na costa ocidental francesa, com um carregamento de mísseis Exocet, quantidade desconhecida, mais cinco aviões Super-Etandart que acabam de ser vendidos pelo governo Mitterrand ao governo militar argentino. Em face dos protestos do governo da Sra. Thatcher contra esse negócio com armas, realizado pelo governo francês, a explicação foi a de que tinha sido acertado antes do conflito no Atlântico Sul. Ninguém, contudo, pode garantir que aquilo que se negociou “antes” vá chegar “depois”, uma vez que, do ponto de vista das formalidades jurídicas típicas do direito internacional, a guerra das Malvinas não terminou. Apenas se proclamou um “cessar fogo”. Por outro lado, nestes dias, a imprensa inglesa tem difundido a notícia, não desmentida até o presente e repetida pela imprensa argentina, de que grupos de comandos ingleses pertencentes às Unidades de Serviços Especiais (SAS) operam atualmente no território continental argentino. A missão deles — acrescentam ditas informações — “é contrapor-se à ameaça que possa representar, para as tropas britânicas sediadas nas Malvinas, o envio de material bélico de procedência francesa”.

Estas últimas informações com os seus corolários estão preocupando profundamente a opinião pública dos países do Cone Sul que, embora esteja sujeita às pressões contínuas decorrentes de suas próprias situações internas, seja no plano econômico como no político, não desconhece as conseqüências dramáticas que poderia sofrer a região toda caso se reacendessem as ações bélicas no Atlântico Sul.

Por sua vez, a opinião pública argentina está de tal modo absorvida pela gravíssima crise econômica que afeta indistintamente todos os segmentos sociais; pelo problema dos desaparecidos que assumiu um caráter político não revisto até há poucos meses atrás; e pela inoperância e isola-

mento de suas forças armadas, cujo elemento catalisador foi o grande insucesso militar das Malvinas, que não pode ser motivada por nenhuma notícia ou apelo relativo a um conflito bélico que lhe foi imposto e que viveu como um pesadelo.

Quanto aos demais países sul-americanos, eles reagiram de formas muito diversas frente ao conflito no Atlântico Sul, em face dos interesses diversos, cuja análise não cabe nestas breves notas. Não obstante, existe um fio condutor de suas respectivas diplomacias, coerente e bem sólido, que se estende acima de seus próprios interesses: a reação antagônica e condenatória contra a intromissão dos interesses colonialistas da Inglaterra nesta região da América Latina. As Ilhas Malvinas pertencem à Argentina por direito indiscutível e integram o território soberano da América Latina.

Quanto aos demais países latino-americanos — excetuado o México de conduta clara e coerente em todo o episódio — as suas reações seriam talvez mais enérgicas a favor da Argentina, se não se interpusesse a comprovada intervenção dos serviços de inteligência militares argentinos colaborando nos planos de desestabilização do governo da Nicarágua, ou atuando contra os objetivos das forças de libertação de El Salvador e da Guatemala.

Seja qual for a perspectiva por que se olhe, pois, e se levamos em conta, no momento, o mundo de relações globais em que vivemos, o conflito das Malvinas possui mais conotações geopolíticas do que as que poderiam originar-se dos interesses dos países limítrofes da área na qual se deu o confronto. De passagem, lembremos a grande dificuldade que encontraríamos se quiséssemos traçar os limites dessa região de acordo com os conceitos modernos da geopolítica.

Não se trata de espaços determinados por vizinhanças territoriais nem ainda por pretensas soberanias sobre rotas aéreas. Pelo contrário, o conflito se desenrolou em zonas intercontinentais, em rotas marítimas vitais de, no mínimo, dois continentes e — se adotamos a classificação de Halford Mac Kinder — numa zona azimutal. De acordo com as teses do Gal. Charles W. Spaatz — o qual se baseia nos conceitos de Mac Kinder —, concluída a Segunda Guerra Mundial, todas as grandes potências se valeram da ciência geopolítica a fim de planificarem e desenvolverem seus respectivos objetivos internacionais partindo do fato de que a

aviação criou uma nova geografia. A representação planisférica dos estrategistas do século XIX foi substituída pela representação azimutal, ou seja, por aquela que as rotas aéreas fixam. O uso estratégico dessas vias polares ou o controle desses espaços aéreos intercontinentais pode determinar o poderio dos grandes estados como também a sua sorte nos conflitos bélicos modernos. Não se esqueça que, para os estrategistas militares, a guerra das Malvinas em muito se assemelhou à guerra da Espanha. Testaram-se, em ambas, novas e desconhecidas armas, e se avaliou a eficácia dos instrumentos de combate (navios, aviões etc.) teoricamente considerados os mais ofensivos. Em certo momento do conflito, o controle do espaço aéreo foi decisivo para o desfecho do mesmo. Como também muitos estrategistas estariam chegando à conclusão da inutilidade dos grandes navios de guerra na guerra moderna.

Também foi evidente a importância dos satélites aéreos no destino desta guerra. Tem-se falado bastante — não o suficiente, porém — do apoio que os satélites soviéticos deram aos argentinos e do apoio dado aos ingleses pelos satélites norte-americanos. Talvez um dia se divulguem documentos a respeito. Servirão para determinar as responsabilidades dos dois “grandes” nessa guerra inútil, cujo mais alto preço foi pago por soldados inexperientes, mal adestrados e muito jovens para esse tipo de luta, como é o caso dos argentinos convocados.

Mas servirão também para demonstrar que os modernos conceitos geopolíticos desempenham papel mais decisivo — por ora e desgraçadamente — na guerra do que na paz.

As decorrências do conflito serviram também à Inglaterra para afirmar direitos que não possuía sobre o território antártico. Onde se depreende uma das conseqüências menos notada, mas nem por isso menos grave: a presença imposta pela força de uma potência extracontinental invadindo direitos legítimos dos países meridionais do Continente sul-americano sobre o espaço aéreo, o território e as riquezas da Antártida.

Por outro lado, e sempre nesta mesma ordem de considerações, não é segredo para ninguém que a guerra das Malvinas foi provocada pela ânsia de controlar as enormes riquezas naturais que cercam os seus territórios. Já se comprovou que, num futuro próximo, ditos territórios podem converter-se em produtores das maiores riquezas de petróleo de toda a região. O potencial petrolífero da região cobre duas zonas: uma é ao redor das mesmas ilhas, estendendo-se especialmente às águas compreendidas entre as ilhas e o continente; a outra é a zona da Antártida, a partir da linha diretriz cujo ponto de referência é Porto Stanley. O potencial petrolífero de toda essa grande região foi estimado entre quinze e cinquenta bilhões de barris conforme os últimos dados fornecidos pela *US Geological Survey*, embora a tecnologia necessária para conseguir tais recursos não possa ser obtida nos próximos anos.

Igualmente a região possui riquezas marítimas incalculáveis que vão desde a exploração de algas e da pesca (mais

de oitenta variedades de peixes) até a exploração do “krill” (um crustáceo semelhante à lagosta), muito rico em proteínas e tido como parte importante da dieta da população mundial num futuro próximo.

Do ponto de vista estratégico-militar, as Malvinas são de um valor fundamental para a defesa do Atlântico Sul e para os planos bélicos da OTAN. Muito antes de que se iniciasse o atual conflito, era impossível deixar de pensar que cedo ou tarde as Malvinas haveriam de converter-se em base militar a serviço de tais planos, ou, pelo menos, a serviço da defesa do Atlântico Sul. Um dos erros mais graves dos militares argentinos que se decidiram pela ocupação das Malvinas pela força (2 de abril de 1982), consistiu em menosprezar o valor da disputa diplomática mantida pelos governos anteriores até aquele momento. É espantosa a ignorância dos referidos militares em questões de geopolítica e mais ainda o erro crasso de cálculo que consistiu em supor que nem Inglaterra, nem Estados Unidos vacilariam em recuperar e ocupar pela força os territórios em litígio. E a conseqüência foi a de que chegados a esse ponto, se perderiam os espaços políticos conseguidos nas batalhas diplomáticas levadas a efeito até aquele momento e o relógio da história retrocederia, para os argentinos como para os latino-americanos, em várias décadas. Isso nada mais é que outra das conseqüências nefastas dos governos militares que nossos povos e as nossas culturas civis estão suportando. Agora, as Malvinas, situadas na região latino-americana, passarão a integrar um grande arco defensivo controlado pela OTAN e que se estende de Gibraltar até a Antártida, enquanto que sua posse contribuirá para garantir que não se fechem as rotas atlânticas do Sul no caso de um eventual ataque à zona do Canal do Panamá. O conflito Este-Oeste pode mais que o conflito Norte-Sul.

Dentro das contradições internas típicas daquele conflito só nos resta saber de que maneira a diplomacia norte-americana se ajeitará a fim de evitar os intentos do atual governo inglês de “*tatcherizar*” o Atlântico Sul, depois de uma vitória britânica na guerra das Malvinas à qual, em vez de ser celebrada em estilo “rock” ou “beatle”, por ter terminado essa infeliz guerra, serviu para ridículos e anacrônicos festejos vitorianos.

II

Quais poderão ser as perspectivas para uma solução justa, pacífica e honrosa do conflito das Malvinas? As Nações Unidas acabam de votar, por uma esmagadora maioria — contando com o voto interessado dos EUA — uma solução pelas vias diplomáticas, com um implícito reconhecimento da soberania argentina sobre as ilhas. Como era de se esperar, a decisão foi obstinadamente rejeitada por Londres.

Tememos que a decisão do organismo internacional tenha pouca força frente ao *fait accompli* provocado, primeiramente pelos erros históricos da Junta Militar de Buenos Aires e, em segundo lugar, pela reação do claro descarte

imperialista do governo conservador de Londres. O *statu quo* produzido por ambas as partes — alheio às necessidades reais dos respectivos povos — poderá servir (ou não) aos interesses perseguidos pelos atuais governos da Argentina e da Inglaterra.

Esse é um problema relativo e conjuntural e — animamos a dizê-lo — medíocre. O problema real é a restauração do equilíbrio geopolítico da região, mais a necessidade imperiosa de afastar todo o risco da guerra moderna na própria região, com os corolários derivados de um eventual confronto atômico ou — no caso menos perceptível à opinião pública, porém nem por isso menos arriscado — o risco de converter a zona das Malvinas numa base de mísseis, foguetes e de todo tipo de instrumentos de destruição atômica os quais estariam rompendo, de fato, as decisões do Tratado de Tlatelolco que tinha por fim buscar a desnuclearização da América Latina.

Também o problema real é impedir a corrida armamentista entre os países mais fortes da região (Brasil, Argentina, Peru), o qual agravaria as dramáticas exigências do subdesenvolvimento e da *pobreza crítica* a que estão submetidos os seus povos.

No entanto não se podem ter muitas esperanças de encontrar uma solução para estes problemas, quando se sabe que

o maior oponente dessas esperanças é a política latino-americana posta em prática pelos EUA. Lamentavelmente não dispomos de espaço nestas notas a fim de analisar a ambigüidade política levada a efeito pela administração Reagan durante todo o conflito das Malvinas, como também a intervenção direta durante a guerra apoiando logisticamente as forças britânicas.

Quando começou o conflito, as posições ideológicas do governo argentino, em todos os foros e instâncias diplomáticas, enfatizavam que se tratava do enfrentamento entre Norte e Sul.

Dessa forma, era necessário deter, por meio da solidariedade latino-americana, as pretensões neocolonialistas dos britânicos. E havia algo de verdade em tal colocação que, lamentavelmente, perdia seu valor autêntico nos lábios dos pregoeiros de um regime ditatorial e opressor. Os EUA se fixaram pragmaticamente na posição argentina enquanto se esperava uma solução do conflito por vias diplomáticas sem, contudo, pronunciar-se sobre o fundo da questão. Os interesses norte-americanos eram dúplices naquele momento: por um lado, apoiar vizinhos sul-americanos que os estavam apoiando, por seu turno, nos conflitos da América Central e, por outro lado, não desgastar as suas relações com o aliado ocidental mais poderoso da OTAN, a Inglaterra.

Às mães argentinas, que antes perdiam seus filhos na repressão política, na Guerra das Malvinas se viram ameaçadas novamente pela convocação militar de contingentes jovens e inexperientes.



ATO PÚBLICO

sexta-feira, 4 de junho, às 18 hs

CINELÂNDIA

FORA OS INGLESES DAS MALVINAS!

FORA O IMPERIALISMO DA AMÉRICA LATINA!

FORA A DITADURA DA ARGENTINA!



Porém, quando chegou a hora da verdade na qual a obstinação soberba da Junta Militar de Buenos Aires antecipava o formidável fracasso bélico das Malvinas, os EUA reagiram como sempre o fizeram nas últimas décadas.

Os EUA continuam acreditando que a contradição principal — não somente para eles como também para todo o Continente latino-americano — é o enfrentamento entre Este e Oeste. Por isso dissemos que um conflito iniciado ideologicamente como um enfrentamento Norte-Sul terminou em novos esquemas de ordenação militar que atende à contradição Este-Oeste.

As várias maneiras que fizeram ranger a estrutura da OEA (Organização dos Estados Americanos) durante aquelas semanas resultaram do fato de ter soprado dentro delas um pouco de vento fresco. A solidariedade latino-americana, preconizada mas não conseguida, durante aqueles dias, em torno do conflito das Malvinas, obedecia ao dado de que realmente sua proposta era uma das tantas contradições entre Norte e Sul, que no entanto não temos podido resolver por causa do nosso subdesenvolvimento e de nossa fraqueza política.

No momento pior da crise, um proeminente diplomata chegou a afirmar: “Os EUA têm interesses objetivos e globais que não coincidem necessariamente com os interesses dos países latino-americanos.”

Por seu turno, o que fez a política argentina que contribuiu para a solução honrosa do conflito?

Refugiados argentinos em vários países se manifestam contra a Guerra das Malvinas. No Rio de Janeiro tiveram apoio de partidos, entidades sindicais e estudantis.

Os analistas políticos mais capacitados estão de acordo em apontar (embora nem sempre se sintam animados a fazê-lo) que muito pouco se pode esperar da referida política seja com relação ao conflito das Malvinas, seja com relação a outros conflitos bem graves que atingem o país e a região Sul na medida em que o governo militar argentino padece de um mal que se chama *diplomacia dúplice*. Recentemente, um líder político argentino declarou publicamente: “As Forças Armadas não têm o direito de comprometer a dignidade do nosso povo e expô-lo ante a opinião mundial como cúmplice de uma invasão da Nicarágua”.

Aqui também entra a geopolítica. Podem-se, no entanto, apontar outros fatos dessa diplomacia dúplice: uma que passa pelos canais normais e outra manipulada pelos militares e que escorre por outros planos. O caso Beagle; Corpus-Itaipu; o envio de tropas ao Sinai; reclamar o apoio dos países não-alinhados e depois ignorá-los; proclamar a não-intervenção na Bolívia e apoiar o governo de García Meza; repudiar o *apartheid* e ser um dos poucos países que mantém missão militar na África do Sul etc. Trata-se, no entanto, do mesmo governo que votou pela autodeterminação de Porto Rico nas Nações Unidas ou apoiou a indicação da Nicarágua como membro do Conselho de Segurança da ONU. Sem mencionar, por certo, o duplo jogo diplomático com a União Soviética, do qual já há provas de que transcenderam a opinião pública.

Essa dupla diplomacia, a qual também possui as suas repercussões na articulação dos assuntos internos argentinos, é a mesma que declara, finalmente, a instabilidade do poder político. Tanto os britânicos como os norte-americanos estão conscientes disso. Por isso, por cima das ações bélicas conhecidas, os “aliados do Norte” jogaram as suas cartas com desenvoltura e segurança.

Quando o chanceler argentino regressou a seu país, após a votação na ONU favorável à Argentina, no sentido de prosseguir nos entendimentos sobre as Malvinas por via diplomática, declarou à imprensa que “uma normalização democrática na Argentina muito a ajudaria no caso das Malvinas e com relação à sua imagem exterior”.

E esta é a única perspectiva possível para uma solução pacífica, justa e honrosa do conflito das Malvinas. Existe a consciência de que um governo civil, democraticamente consagrado pelo povo, jamais teria provocado a aventura militar do dia 2 de abril de 1982.

O conflito das Malvinas não será o único que nos caberá viver nos próximos anos, se os países do Cone Sul não se livram rapidamente dessa desgraça histórica que se chama ditaduras militares.

Júlio Barreiro, de nacionalidade uruguaia, é doutor em Ciência Política pela Universidade de Paris. Leigo da Igreja Metodista de seu país, foi co-fundador e é atual diretor da Editorial Tierra Nueva, com sede em Buenos Aires. Antigo militante da causa ecumênica, é membro da Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho Mundial de Igrejas.

Uma tarefa profética: recuperar a memória do povo fortalecer suas expectativas animar sua caminhada

Zwinglio Dias**Ageu (2. 1-9)
A glória do Templo**

No segundo ano do rei Dario, no sétimo mês, no vigésimo primeiro dia, a palavra de Iahweh foi dirigida por intermédio do profeta Ageu, nos seguintes termos: Fala, pois, assim a Zorobabel, filho de Salatiel, governador de Judá, e a Josué, filho de Josedec, grão-sacerdote, e ao resto do povo. Quem é entre vós o sobrevivente que viu este Templo em sua glória primitiva? E como o vedes agora? Ele não é como nada a vossos olhos? Agora, pois, sê forte, Zorobabel, oráculo de Iahweh. Sê forte, Josué, filho de Josedec, grão-sacerdote, sê forte, todo povo da terra, oráculo de Iahweh, e trabalhai, porque eu estou convosco — oráculo de Iahweh dos Exércitos — e o meu espírito permanecerá entre vós. Não temais! Porque assim disse Iahweh dos Exércitos. Ainda um pouco de tempo e eu abalarei o céu, a terra, o mar e o continente. Abalarei todas as nações, então afluirão as riquezas de todas as nações e eu encherei este Templo de glória, disse Iahweh dos Exércitos. A mim pertence a prata! A mim pertence o ouro! Oráculo de Iahweh dos Exércitos. A glória futura deste Templo será maior do que a passada, disse Iahweh dos Exércitos, e neste lugar eu darei a paz, oráculo de Iahweh dos Exércitos.

**Zacarias (8. 1-12)
Perspectivas de salvação messiânica**

A palavra de Iahweh dos Exércitos foi dirigida nos seguintes termos: Assim disse Iahweh dos Exércitos, Experimento por Sião um grande ciúme, e em seu favor um grande ardor. Assim disse Iahweh. Voltarei a Sião e habitarei no meio de Jerusalém. Jerusalém será chamada Cidade-da-Fidelidade e a montanha de Iahweh dos Exércitos, Montanha Santa.

Assim disse Iahweh dos Exércitos. Velhos e velhas ainda se sentarão nas praças de Jerusalém, cada um com o seu bastão na mão por causa da idade avançada. E as praças da cidade encher-se-ão de meninos e meninas que brincarão em suas praças.

Assim disse Iahweh dos Exércitos. Porque isto parece impossível aos olhos do resto deste povo (naqueles dias), será, por isso, impossível aos meus olhos? Oráculo de Iahweh dos Exércitos!

Assim disse Iahweh dos Exércitos. Eis que salvo o meu povo do país do Levante e do país do Poente. Eu os trarei de volta para que habitem no seio de Jerusalém. Eles serão o meu povo e eu serei o seu Deus em fidelidade e em justiça.

Assim disse Iahweh dos Exércitos. Que vossas mãos se revigorem, vós que escutais, nestes dias, estas

palavras da boca dos profetas, que profetizam desde o dia em que foram lançados os fundamentos da Casa de Iahweh dos Exércitos para a reconstrução do Santuário. Porque antes destes dias o salário do homem não existia e o salário dos animais era nulo. Para o que saía e voltava não havia paz por causa do inimigo; eu tinha lançado os homens todos uns contra os outros. Mas agora não sou para o resto desse povo como nos dias passados, oráculo de Iahweh dos Exércitos. Porque a sementeira será em paz, a vinha dará o seu fruto, a terra dará os seus produtos, o céu dará o seu orvalho. Eu darei tudo isto em herança ao resto deste povo.

Que somos um País sem memória e que nossas Igrejas não conhecem seu passado são duas afirmações assaz repetidas mas que, nem por isso, geraram um processo de recuperação de nossa memória nacional e eclesial. Tanto os centros de formação da cultura nacional como os meios de comunicação, dominados que são por interesses que representam o desenvolvimento de outras histórias, persistem em informar-nos e apresentar-nos memórias de outros acontecimentos, de outras situações históricas, de outros valores, de outras culturas que nada ou quase nada têm a ver com o passado vivenciado pelo nosso povo em geral e por nossas Igrejas em particular.

Nossas Igrejas, apesar de já estarem há mais de cem anos estabelecidas em nosso País e serem Igrejas que pretendem viver da Bíblia — memória da vida vivida pelo povo de Deus do passado —, dão a impressão de que ainda não perceberam a importância da memória de nossa história, tanto



Profetas do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais, esculpidos pelo Aleijadinho.

Jorge Cabral Gayo

nacional quanto eclesial, pois continuam lendo a história sagrada e suas próprias histórias com óculos interpretativos emprestados, elaborados em outras situações muito diferentes da nossa.

No que se refere à Bíblia, no entanto, isto não é tão trágico assim, pois, graças a Deus, o texto bíblico não existe por si mesmo. Conforme uma expressão comum a todos nós, evangélicos, que está na base de nosso entendimento de fé, a Bíblia é um instrumento usado pelo Espírito de Deus para nos comunicar, através da experiência histórica do passado, sua vontade na atualidade da história que devemos construir. E, como o Espírito sopra sempre onde e como lhe apraz, somos permanentemente açoitados em nossas acomodações com as histórias do passado de Israel, do passado de nossas Igrejas e, continuamente, instigados a levar adiante a tarefa de construção de nosso futuro.

Deus nos impele a rever nossa história e a história de seu povo de ontem para aprendermos a construir a nossa própria e assim nos incorporarmos, como seu povo de hoje, no grande

projeto de construção de seu Reino para todos os homens. Assim pois, da mesma forma que as idéias não nos caem do céu, gratuitamente, nem nascem a esmo nas cabeças dos que se põem a pensar, mas surgem das experiências concretas que todos vivemos no dia-a-dia de trabalhos, lágrimas e pequenas alegrias, podemos afirmar que não existe futuro sem passado, como não existe amanhã sem ontem e nem presente que não se faça de memórias e expectativas. Por isso nada mais certo do que afirmar que a construção do Reino que está vindo passa pelas experiências vividas pelo povo e pelas Igrejas. O futuro novo, o que vem, tem, paradoxalmente, suas raízes naquilo que já foi. O Deus que confessamos, o Deus de Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e eternamente.

Gostaria de refletir um pouco a respeito destes dois velhos textos perdidos entre as páginas do Antigo Testamento. Quero crer que são textos pouco lidos e pouco conhecidos mas de grande transcendência e importância na trama e no drama vivido pelo povo israelita. Seus autores são conhecidos como “profetas menores”. Menores porque

seus textos são curtos e também porque suas incidências na vida do povo não foram tão espetaculares e impactantes como a dos outros profetas, o que não significa que não foram da mesma importância e valor.

O primeiro texto é Ageu, o profeta “festivo”, pois esta é a significação do seu nome. O segundo, de Zacarias, cujo nome quer dizer “Javé lembra-se” ou “Javé tem memória”. Ambos os profetas foram contemporâneos e trabalharam juntos conforme nos relata o livro de Esdras (cap. 5). Seus textos datam aproximadamente do ano 520 a.C., do período que marca o regresso dos judeus à Palestina, findo o exílio babilônico, graças a uma anistia promulgada pelo rei persa Dario. É o momento da reconstrução da nação israelita. Conforme nos relata Esdras, os judeus começaram a reconstruir o Templo, símbolo maior da unidade do povo, mas cedo desanimaram frente a seus poucos recursos humanos e materiais e à imensidade da obra. Mas os profetas Ageu e Zacarias reavivaram suas energias e levaram o governador Zorobabel e o sumo sacerdote Josué a recomeçar os trabalhos, que terminaram contando com o apoio de todo o povo e até com o respeito do próprio rei Dario, o dominador de turno.

Para Ageu a construção do Templo significava uma condição imprescindível para a vinda de Javé e o estabelecimento de seu Reino. A salvação final de Israel e de todos os povos dependeria desse esforço do que restava do povo escolhido. Para ambos os profetas a reconstrução se transformou numa questão de honra nacional e numa condição imprescindível para o povo recuperar uma verdadeira e fiel relação com Javé. Ou seja, se transformou num verdadeiro “status confessionis”. Ageu usa figuras magníficas para mostrar que Javé sustentará a obra de seu povo, mesmo que este esforço lhe pareça pobre e sem glória. Javé fará com que todos os povos se curvem diante dele e os salvará a partir da obra que o povo escolhido, agora dizimado, pobre, vivendo sob jugo estrangeiro em sua própria terra, ouse realizar.

Construir o Templo significava então, para ele, recuperar a própria história,

para muitos já perdida. Era recuperar a vocação de povo escolhido, ou melhor, era dar o primeiro passo para voltar a ser o povo escolhido, no qual — rezava a promessa de Javé — seriam benditas todas as nações da terra.

Por seu turno, Zacarias, entusiasta e trepidante como Ageu em seu esforço pela reconstrução do Templo, vai, no entanto, um pouco mais longe. Para ele a reconstrução do Templo significava também a restauração nacional, a recuperação dos valores culturais, morais, éticos e políticos que uma vez caracterizaram o povo escolhido. A restauração deve significar, para ele, o início de uma era messiânica. Nessa perspectiva o capítulo sete é um retrospecto do passado nacional e o capítulo oito, que lemos ainda há pouco, abre as perspectivas da salvação messiânica que serão ainda mais explicitadas nos capítulos nove a doze. Não é por acaso, pois, que os quatro evangelistas vão fazer referência a seus textos para conferir os traços proféticos de Jesus aí enunciados.

Assim, numa situação específica, particular da história do povo escolhido, situação de liberdade vigiada, de abertura política concedida, de pobreza, de urgente necessidade de reorganização da vida nacional, Ageu e Zacarias levantaram duas bandeiras fundamentais para animar, mobilizar e organizar o povo a fim de que este pudesse recuperar sua vocação histórica, sua identidade nacional: reconstruir o Templo, símbolo da unidade religiosa, da identidade nacional e da experiência existencial do povo, e, restauração da vida nacional, seus valores, suas realizações culturais, políticas, sociais, econômicas.

Ambos estão preocupados em recuperar o passado para que o futuro possa ser construído. Um futuro que já estava nas promessas antigas já conhecidas, porém esquecidas pelos caminhos que a história os tinha feito trilhar. Um futuro que, como todo futuro, era só horizonte e que precisava ser recuperado para que o povo pudesse retomar sua caminhada para poder cumprir sua parte do pacto que Javé havia firmado com ele.

É interessante que ambos os profetas não fazem muita distinção entre os que serão os destinatários deste novo mundo. Para Ageu era necessário que o Templo fosse reconstruído porque Javé faria com que todas as nações viessem até ele com tudo o que eram e possuíam. A reconstrução do Templo implicaria portanto na recuperação da vida para todos os povos a começar dos judeus. Da mesma forma Zacarias termina o capítulo oito desenhando o mesmo horizonte. Da fidelidade do restante do povo escolhido dependerá a salvação de todos os povos. Ele chega mesmo a ver esse restante como o “Gérmem” da nova realidade, do mundo novo, do Reino que Javé está preparando (Zac 3 e 9).

Ageu e Zacarias não foram profetas que apenas se preocuparam em desenvolver um ministério de denúncia. O momento histórico e as circunstâncias objetivas que o povo experimentava exigiam um outro tipo de engajamento. Eles falaram palavras de esperança e de estímulo a um povo cansado da opressão, desanimado pelo medo, pelo exílio e prostrado pela experiência de ver anos a fio seus direitos mínimos serem conspurcados por seus opressores. Um povo empobrecido e esfarrapado (leia-se o Livro de Esdras) a quem eles procuraram trazer a palavra de Javé para despertar neles as promessas de vida adormecidas em seus corações. Eles lhes ensinaram outra vez as promessas do Pacto e os alentaram a continuar a batalha pelo Reino e a perseverar na vocação a que foram chamados. Instaram o povo a se organizar para construir o Templo, para reaver e revigorar suas relações com Javé Deus e assim recuperar seus valores nacionais mais caros, conspurcados e desprezados por seus dominadores.

O mundo novo que os profetas perceberam, através da inspiração divina, passava, pois, pela recuperação do passado. Não eram vanguardistas, não apregoaram o novo pelo novo, não anunciavam o futuro porque se sentiam frustrados com as limitações do presente, mas foram buscar na própria vida passada do povo de Israel, em suas tradições mais caras, os elementos que os ajudariam a mobilizar o povo, para que este pudesse crer contra a esperança, trabalhando e

organizando-se para preparar a manifestação do Reinado de Javé.

Dois artistas de nossos dias, um músico, outro poeta (profetas à maneira deles), escreveram e cantaram um texto que, em forma surpreendentemente semelhante assume a mesma veia de esperança e urgência de Ageu e Zacarias.

SENTINELA

*Morte, vela, sentinela sou
do corpo deste meu irmão que já se
vai.*

*Revejo nesta hora tudo que ocorreu
memória não morrerá.*

*Vulto negro em meu rumo vem
mostrar a sua dor
plantada neste chão
seu rosto brilha em reza
brilha em forma e flor
história vem me contar.*

*Longe, longe ouço esta voz
que o tempo não levará.*

*Precisa gritar sua força, eh! irmão,
sobreviver,
a morte inda não vai chegar
se a gente na hora de unir
os caminhos num só
não fugir, nem se desviar.*

*Precisa amar sua amiga, eh! irmão
e lembrar que o mundo só vai se
curvar
quando o amor que em seu corpo já
nasceu
liberdade buscar
na mulher que você encontrou.*

*Morte, vela, sentinela sou
do corpo deste irmão que já se foi.*

*Revejo nesta hora tudo que aprendi
memória não morrerá.*

*Longe, longe ouço esta voz
que o tempo não vai levar.*

(Fernando Brandt e Milton Nascimento)

Ouço o sangue de teu irmão clamar

Homilia na Missa comemorativa do terceiro aniversário das palavras do Papa, na Praça de São Pedro, sobre o problema dos desaparecidos na Argentina
Santa Cecilia, Berazategui, Diocese de Quilmes, província de Buenos Aires, 28/10/1982

Irmãos:

UMA COMEMORAÇÃO NECESSÁRIA

Um sentido elementar de respeito, adesão e obediente resposta ao ministério pastoral do Papa convoca-nos hoje, nesta Igreja, para o ato religioso mais sublime de nossa Igreja: a celebração da Santa Missa.

João Paulo II, naquele memorável *Angelus* de domingo 28 de outubro de 1979 tornava presente para o mundo inteiro, o problema dos desaparecidos na Argentina. Logicamente, devemos ser os primeiros a responder ao pedido de oração formulado publicamente pelo pontífice romano.

Na nossa Diocese, introduzimos a comemoração do aniversário da mencionada exortação na nossa agenda litúrgica. Na presença de Deus, vivo e santo, refletimos, à luz de sua Palavra, sobre o drama dilacerante da sociedade argentina. Numa fervorosa oração elevamos nosso coração ao Pai bom e justo e retirar-nos-emos com um propósito bem definido: acompanhar os familiares atingidos por tão grave situação, com uma atitude fraternal, solidária e perseverante.

INACEITÁVEL DESPREZO PELA VIDA HUMANA

Nas Sagradas Escrituras registram-se cenas amplamente repetidas na história, e que Deus julga com severidade, pois ele não se pode desdizer nem da sua própria santidade nem da sublime dignidade conferida a todo ser humano.

A atitude de Caim. Deus interpela esse assassino fratricida: "Onde está teu irmão Abel?"

Ele responde: "Não sei. Acaso sou guarda de meu irmão?" (Gn 4.9)

Ao longo dos séculos, em nossos próprios dias e na nossa própria pátria, uma vez consumados assassinatos dolorosos e monstruosos há quem se atreva a dizer: "não sei". Mas o mesmo Deus que respondeu a Caim, continua falando à consciência do indivíduo e da sociedade: "Que fizeste? Ouço o sangue de teu irmão, do solo, clamar para mim!"

Os irmãos de José. Cegos de inveja e ódio, os filhos de Jacó vendem seu jovem irmão José e mentem grosseiramente a seu pai: "Eis o que encontramos! Vê se é ou não a túnica de teu filho!" (Gn 37.32). José antecipava o caso de milhares de jovens desaparecidos de nosso tempo e sobre cujo paradeiro alguns acreditam ser suficiente dizer qualquer mentira a seus pais.

Davi e o desmando de poder. O rei Davi era poderoso e, levado por uma paixão baixa, não hesitou tirar a mulher de um humilde e fiel servo, Urias. A prepotência da autoridade pública não parou até mesmo em fazer com que o servo fosse assassinado, e para isso, usou de falsidade. Escreveu a Joabe, chefe do exército que sitiava uma cidade: "Coloca a Urias no ponto mais perigoso da batalha para que seja ferido e venha a morrer". (II Sm 11.15).

Os iníquos desejos do rei cumpriram-se, mas teve que ouvir a Natã, o homem de Deus, que lhe jogou na cara a sua ingratidão: "por que desprezaste Jahweh e fizeste o que lhe desagradou? Tu feriste à espada Urias, o hebreu" (II Sm 12.9).

Davi reconheceu seu pecado, e os ecos de seu arrependimento perpetuam-se até hoje no Salmo 50: "Tem piedade

de mim, ó Deus, por teu amor! Apaga as minhas transgressões, por tua grande compaixão!"

Os irmãos de José reconheceram seu pecado quando, constrangidos pelas circunstâncias, confessaram entre si: "Em verdade expiamos o que fizemos a nosso irmão: vimos a aflição de sua alma quando nos pedia graça e não ouvimos" (Gn 42.21). Queira Deus que também agora os culpados pelo proceder imoral dos desaparecimentos reconheçam seu pecado e, arrependidos, peçam perdão a Deus e a seus irmãos, os homens.

DOLOROSA FALTA DE SENSIBILIDADE

Entretanto, constatamos durante anos uma total falta de respeito pela dor dos familiares atingidos, o que nos dói profundamente. Ainda hoje pareceria que nem todos os setores percebem a gravidade moral desta situação.

Seria suficiente *examinar a lista de intenções nas orações dos fiéis*: quantas vezes a comunidade pede a intervenção misericordiosa de Deus para resolver um problema de profundas repercussões humanas? O Papa tem falado sobre este tema, todos os bispos argentinos nos definimos em repetidos documentos da Conferência Episcopal. Haverá em nossas comunidades mais respeito humano e santo temor de Deus com uma resposta obediente a sua palavra?

Os familiares angustiados *sofreram até a indiferença*, talvez por um clima de medo generalizado, *de pessoas amigas*. Muitos desses familiares puderam fazer suas *as queixas de Jó*: "Abandonaram-me vizinhos e conhecidos, esqueceram-me os hóspedes de minha casa" (Jó 11.14), porém, na dor de seus corações, gritavam: "Piedade,



Manifestação das Madres da Plaza de Mayo

piedade de mim, amigos meus” (Jó 19.21). Durante anos foram seus os soluços do salmista: “Amigos e companheiros se afastam da minha praga, e meus vizinhos se mantêm à distância” (Sl. 38.12).

Dói dizer isto, mas a realidade é testemunha: em muitos casos aparecia a fraqueza de Pedro ante o Cristo na sua paixão: “Eu não o conheço” (Lc. 22.57).

Atualmente registramos uma solidariedade maior e mais freqüente com relação aos familiares desaparecidos. Pedimos a Deus que todos os setores de nossa sociedade, bem conscientes da transcendência histórica da causa da verdade, colaborem para que o problema seja enfrentado sinceramente, analisado incansavelmente, resolvido de maneira justa.

JESUS, TESTEMUNHA DA VERDADE

O Deus da verdade legislou no Antigo Testamento: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo” (Êx 20.16). E pelo profeta advertiu: “Porque Iahweh está para sair do seu domicílio, a fim de punir o crime dos habitantes da terra; e a terra descobrirá os seus crimes de sangue, ela não continuará a esconder seus assassina-dos” (Is. 26.21).

Acima de tudo, Deus quis que a sua palavra se encarnasse e devolvesse ao homem o sentido da verdade. E disso ele deu testemunho numa situação de total desamparo, na sua paixão. Pe-

rante o representante do poder absoluto que governava o mundo, Jesus declarou que viera “*para dar testemunho da verdade*. Quem é da verdade escuta minha voz” (João 18.37).

A comunidade primitiva cristã foi fortemente impactada por esta figura de Cristo, *Testemunha da verdade*. É assim que o descobrimos, na sua presença invisível, porém realíssima, na Igreja: “Jesus Cristo, a testemunha fiel” (Ap. 1.5).

A moral cristã está inquestionavelmente marcada pela linguagem da verdade: “Por isso abandonai a mentira e falai a verdade cada um ao seu próximo, porque somos membros uns dos outros” (Ef. 4.25).

Pode ser de outro modo? Não. Lembrem-se desta regra do sermão da montanha: “Seja o vosso ‘sim’ sim, e o vosso ‘não’ não. O que passa disto vem do Maligno” (Mt. 5.37). Devemos ler e reler, à luz do Evangelho, *o que repetidas vezes os bispos pedem sobre uma verdade tão concreta como a dos desaparecidos*. Em 1980, o Governo convidou para um diálogo. Os bispos, então, publicamos um documento sobre “*Evangelho, Diálogo e Sociedade*” (3 de maio de 1980). Dirigimo-nos “às autoridades e a todos os cidadãos” (I, N.º 1). Tratando das condições do diálogo, dizíamos: “Um diálogo que escondesse para qualquer um dos interlocutores, designios ocultos, só seria uma desilusão para todos” (I, N.º 3). E acrescentávamos: “Como nos indicava o Santo Padre (20-10-1979), *a incerteza angustiante sobre os desaparecidos e a situação*

dos detidos sem processo encontram-se entre as causas profundas que impedem uma aproximação maior dos argentinos e esperam uma solução rápida que nós, bispos, não somente aconselhamos como pedimos e que, como verdade mesmo dolorosa, será sempre força para a paz”.

SÚPLICA INSISTENTE PARA QUE SURJA A VERDADE

Senhor Jesus, ouvimos atentamente a mensagem de salvação transmitida pelas Sagradas Escrituras. Meditamos com profundo respeito e atenção. Ficamos fortemente impressionados pela beleza da Verdade e pelas suas exigências inevitáveis. Impõe-se-nos um mandato: “Até à morte luta pela verdade e o Senhor Deus combaterá por ti” (Eclesiástico 4.28). É maravilhoso saber que Deus combaterá por nós, mas é difícil a perspectiva da morte pela verdade! Porém, não há outra alternativa possível. Tu és nosso “Amém”, ó Deus (2 Co 1.20; Ap 3.14). Tu nos dizes: “Se permanecerdes na minha palavra, sereis, em verdade, meus discípulos e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8,31-32).

Suplicamos-te nos envies o Espírito Santo, Consolador e Defensor, Mestre interior da Verdade (Jo 16.7-13), *para que nos leve a toda verdade*. Que este Espírito Divino dissipe, então, as sombras do pecado que ocultam a realidade do tema que hoje motiva esta celebração eucarística.

Que destrua a rede de mentiras e a verdade chegue aos familiares, às comunidades da Igreja, a toda a sociedade argentina.

Faze, Senhor, que sejamos sempre testemunhas da verdade perante o mundo e a História. Que seja realidade entre nós o anúncio do Salmista:

“Amor e Verdade se encontram, Justiça e Paz se abraçam; da terra germinará a Verdade; e a Justiça se inclinará do céu. O próprio Iahweh dará a felicidade, e nossa terra dará o seu fruto. A Justiça caminhará à sua frente, e com seus passos traçará um caminho”.
(Salmo 85, 11-14)
Amém, Amém.

Condições para a construção de uma democracia estável na Argentina

ESPECIAL

Rafael Brabant

Os setores mais conservadores da sociedade argentina não possuem, há várias décadas, uma expressão eleitoral significativa. Como conseqüência, todas as consultas eleitorais — mesmo aquelas das quais o peronismo foi excluído — resultaram na constituição de governos cujos programas colidiam, em maior ou menor medida, com os interesses dos grandes latifundiários, do setor financeiro e das empresas multinacionais instaladas no país. Por outra parte, se as forças políticas que ascendiam ao poder — incluindo aqui também o peronismo — tomavam medidas que afetavam os interesses daqueles setores, nunca chegavam a desmontar as bases de seu poder econômico, contentando-se com a tentativa — nem sempre bem-sucedida — de aplicar políticas de cunho distribucionista, diminuindo assim temporariamente os rendimentos dos setores dominantes, sem no entanto afetar o controle que detêm sobre setores vitais da economia.

Órfãs de apoio político e eleitoral significativo, as classes dominantes adotaram, para a defesa de seus interesses, a estratégia de desestabilizar os governos civis legalmente constituídos, utilizando-se para tanto o controle das principais alavancas do poder econômico, criando — ou reforçando — mal-estar e desencanto na maior parte da população e preparando o terreno para um golpe de Estado e a instalação de um novo governo militar. As características estruturais da economia argentina contribuíam amplamente para o sucesso dessa estratégia. Com efeito, a partir do começo dos anos 50, o esgotamento do processo dito de substituição fácil de importações criou para a economia argentina — como de resto para outras economias do Continente com nível similar de desenvolvimento — a necessidade de optar entre dois modelos de crescimento antagônicos. O primeiro destes modelos, baseado na expansão do mercado interno, supunha a remoção de obstáculos estruturais, tais como o enorme grau de concentração da propriedade da terra — particularmente no Pampa Úmido —, o controle privado ultra concentrado do comércio exterior e do setor financeiro. A adoção desse modelo supunha, em conseqüência, liquidação das bases do poder econômico dos setores mais conservadores do país. A alternativa oposta baseava-se na criação de um setor industrial centrado no setor de bens de consumo duráveis, o que exigia a criação de condições adequadas para o investimento de empresas privadas multinacionais e a articulação de um perfil da demanda mais elitizado, ou seja, a distribuição regressiva dos investimentos. Dado que os limites ideológicos e organizacionais do movimento popular impediam de proceder às reformas estruturais indispensáveis para a aplicação do primeiro modelo, foi o segundo que vingou a partir dos últimos anos da década de 50. O modelo desenvolvimentista foi inicialmente introduzido por

governos civis constitucionalmente eleitos e num quadro político razoavelmente democrático. Entretanto, o agravamento da crise do setor externo — que o novo modelo devia supostamente contribuir para resolver — e a resistência popular resultante do conteúdo desnacionalizante do modelo desenvolvimentista e da crise econômica que se seguiu ao curto período de euforia e crescimento, levaram ao questionamento do modelo e à quebra da ordem constitucional.

Uma nova experiência de governo civil (1963) enfraquecida pela exclusão eleitoral do peronismo e limitada por sua incapacidade de optar entre os dois modelos citados, abriu as portas para um novo golpe de Estado. Diferentemente das anteriores, esta nova intervenção militar (1966) se propunha não a “reordenar” o país para convocar posteriormente novas eleições, mas a estabelecer-se no poder durante uma década, visando a aprofundar, através de um modelo político autoritário, o modelo desenvolvimentista e desnacionalizante interrompido no início dos anos 60. Como é sabido, este projeto naufragou. O modelo desenvolvimentista exigia — na Argentina como no Brasil — a constituição de um setor da população dotado de alto poder aquisitivo. Dado que a constituição desse setor só poderia ser conseguida através de um acelerado processo de concentração da renda, tinha-se como contrapartida obrigatória o deterioramento das condições de vida da maior parte da população. É neste ponto que o processo argentino se diferencia de outros durante alguns anos mais bem-sucedidos. Com efeito, se o modelo desenvolvimentista deve sustentar-se sobre a demanda de um setor minoritário da população, este deve ser suficientemente numeroso para permitir que operem os benefícios da economia de escala. Isto é sem dúvida possível com uma população de cem milhões de habitantes, mas se torna inviável quando a minoria privilegiada pertence a uma população quatro vezes menor. Entretanto, o desenvolvimentismo autoritário argentino naufragou sobretudo devido à resistência popular, resultante da maior experiência política e organizacional do povo argentino.

O fracasso do regime militar abriu as portas para uma nova experiência de governo democrático. O último governo de Perón foi a demonstração mais clara ao mesmo tempo da força e da fraqueza do movimento popular. Sua força se evidenciou através das multiformes modalidades de resistência ao governo militar, e, no terreno eleitoral, através de uma esmagadora vitória. Sua fraqueza, basicamente, nos limites ideológicos do movimento, na articulação em seu seio de tendências não apenas opostas mas que se confrontavam radicalmente, e do ponto de vista organizativo, no controle exercido pelos setores mais conservadores.

A experiência do último governo peronista constituiu, durante seu primeiro ano, a tentativa de ressuscitar o modelo nacional de desenvolvimento sem modificar as condições estruturais que haviam provocado sua falência duas décadas antes. Não apenas os latifundiários, os setores que controlavam o comércio exterior e as finanças conservaram seu poder econômico, mas também as Forças Armadas — fortemente desprestigiadas e desmoralizadas perante a população — se retiraram provisoriamente contando, com o passar do tempo, com a colaboração do próprio governo e sobretudo o fracasso inevitável do novo modelo, para relegitimar-se e retomar o poder.

Com efeito, a fração marcadamente conservadora que controlava o governo peronista se utilizou, na sua luta contra os setores populares, da ação das próprias Forças Armadas. Por essa via, estas se beneficiavam em um triplo sentido. De um lado, exerceram ainda, sob o governo civil, uma severa repressão, sem contudo carregar com o ônus político, dado que atuavam sob a direção do governo peronista. De outro, este governo legitimou as Forças Armadas através de um discurso que as apresentava como defensoras da ordem e da soberania nacional em oposição à anarquia e ao caráter subversivo que o mesmo discurso atribuía aos setores de esquerda do movimento peronista. E finalmente, a violência desatada pela repressão, e pela resistência armada de setores minoritários do movimento peronista e por grupos políticos da esquerda não-peronista, unidas à crise social provocada pela frustração das expectativas populares e pela violenta queda do nível de vida, criaram, no bojo de uma severa crise econômica agravada pelo boicote do poder econômico, as condições para que os militares retornassem ao poder. Antes de referir-nos à atual conjuntura, convém analisar sumariamente alguns aspectos do papel político das Forças Armadas.

A FUNÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS

Desde sua constituição as Forças Armadas atuaram como garantia de manutenção da sociedade capitalista. Entretanto, esse fato não deve levar a ignorar as mudanças significativas que ocorreram na sua ideologia e função política. É sabido que durante o primeiro governo peronista as Forças Armadas apoiaram majoritariamente o projeto de desenvolvimento capitalista-nacional. No entanto, os conflitos que se agudizaram a partir do esgotamento deste modelo determinaram que as frações mais conservadoras da elite militar assumissem progressivamente o controle da instituição. Este processo foi ainda reforçado pelas mudanças ocorridas nas ordens continental e mundial. Com efeito, o esgotamento do modelo nacional de desenvolvimento teve como uma de suas principais causas o estrangulamento do setor externo da economia. Paralelamente, os Estados Unidos passaram a implementar, sobretudo a partir da administração Eisenhower, o projeto de reorganização da economia mundial centrado na liberalização do comércio e dos fluxos de capital. No contexto desta política, o governo americano e as instituições financeiras de crédito por ele controladas — Banco Mundial e FMI — passaram a condicionar a outorga de créditos em divisas à aplicação de medidas que desembocavam na desnacionalização progressiva das economias dos países devedores. É nesse

quadro que será exercida forte pressão para criar localmente as condições para o ingresso de capital estrangeiro nas economias periféricas. Os conflitos de interesses que a adoção do modelo desenvolvimentista provocou, entre os setores dominantes da sociedade argentina, dividiram também as Forças Armadas. Entretanto, o golpe de Estado de 1966 e o estabelecimento do Estado burocrático-autoritário significaram a consolidação destas últimas em torno de um modelo industrializante no qual o capital estrangeiro passou a ter uma participação crescente.

A estratégia econômica do governo americano e suas consequências na Argentina foram acompanhadas por significativas transformações de caráter geopolítico. Com efeito, a partir do início da guerra fria — e mais particularmente depois do triunfo da revolução cubana — o tratamento dos problemas sociais nos países periféricos, bem como a oposição de interesses entre o Norte e o Sul ficaram submetidos às “exigências” do conflito Leste-Oeste. A doutrina da segurança nacional, ao interpretar como fruto da subversão comunista qualquer manifestação dos interesses populares e/ou nacionais, transformou as Forças Armadas em representantes dos interesses internos mais conservadores e dos interesses geopolíticos e econômicos dos setores dominantes dos Estados Unidos.

A INTERVENÇÃO MILITAR DE 1976

O ciclo político argentino esteve condicionado, desde a década de 50, por um movimento pendular impulsionado pelas crises dos governos civis, os golpes de Estado e a posterior abertura forçada pela resistência popular. Se os limites estruturais já assinalados determinavam a crise e a queda dos governos civis, a resistência popular impedia a consolidação de modelos de desenvolvimento industrializantes e excludentes. Por outra parte este movimento pendular não apenas se acelerava no tempo mas gerava uma crescente radicalização dos conflitos sociais. Assim, o período que precedeu o último governo peronista e do próprio governo demonstraram um maior grau de organização dos setores populares, sobretudo uma radicalização maior de suas reivindicações e programas. Não cabe nestas breves observações uma análise detalhada da política econômica aplicada a partir de 1976. Sua marcada orientação antiindustrializante visava provavelmente a desmontar as causas estruturais do movimento pendular, restaurando no país o modelo de organização econômica vigente antes de 1930. Neste sentido, a intervenção militar de 1976 pode ser legitimamente considerada uma revolução restauradora. Entretanto, as gravíssimas consequências que a política adotada teve para a quase totalidade dos setores da população transformou as Forças Armadas em representantes de interesses de uma pequena — embora poderosa — fração da classe dirigente, alinhando todos os outros setores da burguesia na oposição.

Forçadas pela monumental crise econômica, pela crescente agitação social e por suas próprias divisões internas, as Forças Armadas argentinas iniciaram o processo de devolução do governo à sociedade civil. No entanto, a

construção de uma democracia estável na Argentina não depende apenas da saída do governo militar e sua substituição por autoridades eleitas. A crise global que afeta hoje o país, unida às causas mais antigas — embora enormemente reforçadas nos últimos anos — de tipo estrutural, exigem um processo de transformação mais profundo.

Com efeito, a crise global da sociedade argentina pode ser analisada como a conjugação de crises econômicas, político-ideológica e moral. Sendo os detalhes da crise econômica fartamente conhecidos, é suficiente lembrar aqui alguns dos seus indicadores mais importantes. A partir de 1976 — ano em que se inicia o atual ciclo militar — o produto por habitante caiu quinze por cento, ao mesmo tempo em que os salários reais diminuíam quarenta por cento. Em 1982 a produção industrial foi ainda inferior à de 1970 e o nível de emprego na indústria desceu aos níveis de 1950 (!), provocando o brutal crescimento das taxas de desemprego. A política de abertura indiscriminada da economia provocou o desaparecimento de importantes segmentos do parque industrial, ao mesmo tempo em que os setores industriais remanescentes trabalham em 1982 com cinquenta por cento de capacidade ociosa. Esta impressionante degradação econômica é ainda agravada pela queda das taxas dos investimentos produtivos, que foram, em 1982, trinta por cento inferiores aos níveis atingidos em 1975 e equivalentes aos níveis de 1960 (!). A dívida externa por sua vez passou de seis bilhões, setecentos e sessenta e nove milhões de dólares em 1974 a nove bilhões, novecentos e sessenta milhões em 1977, vinte e sete bilhões, cento e sessenta e dois milhões em 1980 e quarenta bilhões em 1982, a maior parte contratada com taxas flutuantes e a curto prazo. Nesse contexto de autêntica desintegração econômica, a taxa inflacionária atingiu em 1982 o recorde mundial, situando-se acima dos duzentos por cento ao ano.

Não menos importante é a crise moral. Contribuem para ela a prioridade absoluta que foi dada durante os anos do governo militar às atividades especulativas em prejuízo de todo trabalho produtivo, cujas conseqüências negativas para a maior parte da população se refletem nos indicadores já mencionados. Entretanto, existem fatores ainda mais graves, que configuram uma situação de total desrespeito aos mais elementares direitos humanos. Dois temas merecem ser particularmente sublinhados: o caso dos desaparecidos e o da guerra pela posse das Ilhas Malvinas.

O PROBLEMA DOS “DESAPARECIDOS”

Como é sabido, a repressão desencadeada durante o último período do governo peronista e exacerbada durante o regime militar deixou o saldo doloroso de trinta mil desaparecidos, um número indeterminado de mortos e — durante anos — a prática regular e maciça da tortura. A tese da “guerra suja” levantada pelo governo militar para justificar este autêntico genocídio não suporta nem a mais superficial análise. Com efeito, numerosos são os relatórios internacionais que provam que a maior parte das vítimas não tinha nenhuma vinculação com os grupos armados e que a maioria dos militares destes grupos foi

presa sem oferecer resistência. O relatório da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, constituída por personalidades insuspeitas, testemunha detalhadamente numerosos casos de pessoas presas vestindo roupa de dormir ou retiradas dos aviões que partiam para o estrangeiro. São consideráveis também — segundo informa esse mesmo relatório — os casos de desaparecimento de mulheres grávidas e de crianças.

As profundas implicações morais do problema dos desaparecidos e da prática regular da tortura constituem sem dúvida um dos maiores desafios que a sociedade argentina deverá enfrentar na dolorosa tarefa de reconstrução que tem pela frente. E isto não poderá ser feito sem o esclarecimento total das responsabilidades que cabem a cada setor social. Este necessário processo inclui certamente a sanção legal dos responsáveis, mas atinge também a parte da população que, com sua omissão, fez possível a consumação de tais delitos. Porque se as “madres de plaza de mayo” reivindicaram sem cessar o esclarecimento deste genocídio, se os setores mais pobres se amarguraram em silêncio por sua impotência, vastos setores da sociedade, deslumbrados pelo consumismo fácil construído sobre a base da ruína da economia nacional e da miséria popular, ignoraram durante anos as evidências mais claras, prestando sua adesão passiva quando não sua colaboração ao governo que vinha instalar a “ordem”.

A IGREJA CATÓLICA

Particularmente dolorosa tem sido a omissão da alta hierarquia da Igreja Católica. Contrastando com o corajoso testemunho dado pelos bispos católicos de outros países do Continente, os bispos argentinos — salvas contadas exceções — mantiveram, durante anos, um incômodo silêncio, quebrado nos últimos meses por intervenções que mais contribuem a favorecer impunidades do que a promover o esclarecimento do acontecido.

Tendo aceito ser durante anos a Igreja silenciosa, a hierarquia católica lança hoje um chamado à reconciliação baseado no simples esquecimento do que ocorreu. Contudo, não pode existir uma sociedade reconciliada sem a justa revisão de processos que feriram tão profundamente as normas éticas mais fundamentais. É significativo que esta hierarquia, tanto tempo silenciosa, intervenha ativamente a favor de uma “reconciliação” sem justiça no momento em que o poder militar enfrenta a resistência maciça da população e quando a própria multipartidária — que agrupa partidos majoritariamente moderados ou conservadores — exige a convocação de eleições sem condicionamentos. Como é sabido, uma das condições fundamentais colocadas pelo regime militar é o compromisso de não revisão nem investigação em torno do genocídio.

O problema dos desaparecidos é uma questão ética fundamental. De sua adequada solução depende a saúde moral da sociedade argentina no futuro. O seu esclarecimento e o castigo legal dos responsáveis não constitui um ato de revanche ou vingança. Representa, ao contrário, um requisito essencial para que a atual geração e as futuras desenvolvam a profunda convicção — que só

pode nascer de uma profunda consciência moral — de que todo convício social é impossível se o ser humano não é respeitado e se as atrocidades cometidas contra milhares de homens, mulheres e crianças ficam impunes. Ao conchamar à “reconciliação” sem esclarecimentos e sem justiça a hierarquia católica argentina não apenas demonstra seus envolvimento com os poderosos e seu distanciamento do povo, mas evidencia a profunda desconfiança que nutre perante a força construtiva da verdade e dos valores éticos defendidos sem concessões. Parece não acreditar que só a verdade liberta.

A GUERRA DAS MALVINAS

Se o poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente. Poucas vezes esta sentença clássica foi tão verdadeira como no último período da vida argentina. Uma manifestação particular da corrupção do regime foi sem dúvida o da guerra pela posse das ilhas do Atlântico Sul. Este episódio resume de alguma maneira o que foi o regime militar, evidenciando tragicamente seu desprezo pelo povo e pela vida de seus homens, e a total ausência de limites morais na manipulação dos sentimentos nacionais. Valendo-se de uma legítima reivindicação histórica, o regime militar embarcou irresponsavelmente numa guerra cujo objetivo evidente foi o de frear e desviar o descontentamento popular. Hoje são conhecidos os aspectos mais sinistros dessa aventura. Vários chefes militares têm denunciado o despreparo, a incúria e a irresponsabilidade com que foi dirigida a guerra. Jovens de dezoito anos, mal preparados, mal armados, mal alimentados, foram enviados ao sacrifício para satisfazer inconfessáveis objetivos políticos. As falsas informações triunfalistas veiculadas durante o conflito, assim como numerosos exemplos de corrupção na utilização das doações que a população enviara aos combatentes, levaram ao paroxismo e desintegração de um regime sem limites morais.

CONDIÇÕES PARA UMA DEMOCRACIA ESTÁVEL NA ARGENTINA

O regime militar argentino está, com toda evidência, esgotado. Tenta desesperadamente estabelecer, antes de abandonar o poder, as condições de sua impunidade. Até agora a magnitude dos delitos cometidos e a mobilização popular tem impedido os setores políticos — inclusive os mais conservadores — de compactuar com essas condições. O futuro da democracia na Argentina está intimamente vinculado a este problema. Com efeito, as condições que tenta estabelecer o regime militar são inaceitáveis, não apenas pelas razões morais aludidas, mas ainda porque, com aquelas condições, a reconstrução político-democrática do país seria, a médio prazo, impossível.

Hoje, muito mais do que no passado recente, as condições estruturais da economia argentina tornam inviável o desenvolvimento de um processo econômico razoavelmente estável, capaz de permitir a manutenção dos conflitos sociais dentro de limites suportáveis. A experiência dos últimos trinta anos demonstra que, sem algumas mudanças profundas, a economia argentina não é viável.

Assim, parece evidente que, sem reformas econômicas profundas, a democracia renascida estará marcada pela instabilidade, sujeita no futuro próximo a uma nova investida militar, nutrida pela crise econômica inevitável e pelos conflitos sociais por ela gerados. Também parece evidente que, sem uma profunda reestruturação das Forças Armadas, as medidas econômicas imprescindíveis não são praticáveis.

A reestruturação das Forças Armadas passa certamente pelo deslinde de responsabilidades no processo que termina. Deve, porém, ir mais fundo, de modo a tornar realidade a subordinação constitucional da instituição militar ao poder político. O controle da sociedade — através do poder político constitucional — sobre a formação dos quadros das Forças Armadas, constitui sem dúvida um elemento fundamental para a renacionalização e redemocratização das mesmas. Com efeito, a segurança da Nação e do povo não se coaduna com doutrinas que, inspiradas nos interesses estratégicos e econômicos dos setores dominantes dos países centrais, antagonizam seus valores e interesses. Ao contrário, a segurança da Nação e do povo depende de uma profunda reestruturação das Forças Armadas, no sentido de desenvolver nestes a consciência dos valores e interesses reiteradamente proclamados pela imensa maioria da Nação e reiteradamente frustrados pela intervenção das mesmas Forças Armadas.

O estabelecimento de uma democracia estável será inviável sem reformas econômicas profundas, que visem a recuperar para a Nação o controle dos setores-chaves da economia. Às medidas já mencionadas deverão somar-se o estabelecimento de severos controles sobre a atuação das empresas multinacionais e um aprofundado estudo da composição da dívida externa, visando a discriminar o que deve ser pago — porque deixou algum benefício ao povo argentino — e o que não deve ser, por ser simplesmente consequência do saque a que foi submetida a economia nacional. A composição do comércio exterior argentino torna viável esta política relativa à dívida externa. Certamente, ela provocará não poucas dificuldades. Entretanto, estas serão muito menos nocivas — em termos da reconstrução econômica do país — que as derivadas de uma renegociação nos termos do FMI. Como já foi dito, este conjunto de medidas indispensáveis não poderão ser viabilizadas se os setores minoritários continuam a contar com o apoio das Forças Armadas, quer dizer, sem uma profunda reestruturação das mesmas.

O estabelecimento de uma democracia estável está condicionado às referidas transformações da estrutura econômica, e estas à reestruturação das Forças Armadas. Esta é uma posição realista, à luz da experiência histórica. A alternativa de negociar com o poder militar significa reabrir uma nova fase no movimento pendular que oscila de governos civis impotentes a ditaduras militares antinacionais. O poder militar se retira hoje não por própria vontade e sim como consequência da pressão popular. O tempo atua contra ele. Aceitar suas condições significa lançar as bases para a sua recomposição, e para o fracasso do próximo governo civil. Significa, em definitivo, renunciar ao estabelecimento de um regime democrático estável.

ÚLTIMA PÁGINA

Pablo Neruda
ao receber o Prêmio Nobel de Literatura de
1971 (trechos)

O poeta não é um *pequeno deus*. Não, não é um *pequeno deus*. Não está marcado por um destino cabalístico superior ao daqueles que exercem outros misteres e ofícios. Tenho expressado freqüentemente que o melhor poeta é o homem que nos entrega o pão de cada dia: o padeiro mais próximo, que não pensa que é deus. Ele realiza a sua majestosa e humilde tarefa de amassar, colocar no forno, dourar e entregar o pão de cada dia, como uma obrigação comunitária. E se o poeta chegar a alcançar esta consciência simples, poderá também a consciência simples converter-se em parte de um colossal artesanato, de uma construção simples ou complicada, que é a construção da sociedade, a transformação das condições que rodeiam o homem, a entrega de uma mercadoria: pão, verdade, vinho, sonhos. Se o poeta se incorporar a esta luta jamais concluída a fim de depositar cada um nas mãos do outro sua ração de compromisso, sua dedicação e sua ternura pelo trabalho comum de cada dia e de todos os homens, então o poeta tomará parte no suor, no pão, no vinho, no sonho da Humanidade inteira. Somente por este caminho inalienável de sermos homens comuns, chegaremos a restituir à poesia o amplo espaço que lhe é destinado em cada época, que nós mesmos lhe destinamos em cada época.

Quanto a nós em particular, escritores da vasta extensão americana, escutamos sem trégua a chamada para encher esse espaço enorme com seres de carne e osso. Somos conscientes da nossa obrigação de povoadores e — ao mesmo tempo que nos resulta essencial o dever de uma comunicação crítica num mundo desabitado, porém, não por ser desabitado, menos cheio de injustiças, castigos e dores — sentimos também o compromisso de recuperar os antigos sonhos que dormem nas estátuas de pedra, nos antigos monumentos destruídos, nos largos silêncios de pampas férteis, de selvas espessas, de rios que cantam como trovões. Precisamos saturar de palavras os confins de um continente mudo, e nos embriaga esta tarefa de escrever fábulas e de dar nomes. Talvez essa seja a razão determinante do meu humilde caso individual; e, nessa circunstância, os meus excessos, a minha abundância ou a minha retórica, não seriam nada mais que atos, os mais simples, do mister americano de cada dia. Cada um dos meus versos quis se instalar como um objeto palpável; cada um dos meus poemas pretendeu ser um instrumento útil de trabalho; cada um dos meus cantos aspirou a servir no espaço como signo de encontro onde os caminhos se cruzaram, ou como fragmento de pedra ou de madeira em que alguém, outros, os que virão, pudessem gravar os novos signos.

